

AJUSTE DIRETO N.º 0177-DGCP-2021

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO À AUTORIDADE DE GESTÃO DO COMPETE 2020,
NAS ÁREAS DE AUDITORIA, COMUNICAÇÃO, INSTRUMENTOS FINANCEIROS, SERVIÇOS
FINANCEIROS, PLANEAMENTO E MONITORIZAÇÃOE ÁREAS OPERACIONAIS”**

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços para apoio à Autoridade de Gestão para o COMPETE2020, para apoio à Autoridade de Gestão para o COMPETE 2020, nas áreas de Auditoria, Comunicação, Instrumentos Financeiros, Serviços Financeiros, Planeamento e Monitorização, e áreas Operacionais, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Cláusula 2ª

Preço base

O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços é de 19.980,00€ (dezanove mil novecentos e oitenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, escalonado da seguinte forma:

- 1 (um) Recurso na Área de Auditoria - No valor máximo de 2.220,00€ (dois mil duzentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 1 (um) Recurso na Área de Comunicação - No valor máximo de 2.220,00€ (dois mil duzentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 1 (um) Recurso na Área de Instrumentos Financeiros - No valor máximo de 2.220,00€ (dois mil duzentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 1 (um) Recurso na Área de Serviços Financeiros - No valor máximo de 2.220,00€ (dois mil duzentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 1 (um) Recurso na Área de Planeamento e Monitorização - No valor máximo de 2.220,00€ (dois mil duzentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- 4 (quatro) Recursos nas Áreas Operacionais - No valor máximo unitário de 2.220,00€ (dois mil duzentos e vinte euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O contrato a celebrar tem início no dia 01 de janeiro de 2022 e término em 31 de janeiro de 2022.
2. Os contratos manter-se-ão em vigor até total cumprimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 4.ª

Local da prestação de serviços

Os serviços a efetuar pela Entidade Adjudicatária serão prestados nas instalações da Autoridade de Gestão do COMPETE 2020 sitas no Edifício Expo 98 na Avenida Dom João II, Lote 1.07.2.1, 3.º piso, em Lisboa, e nas sedes ou delegações de entidades beneficiárias quando necessário.

Cláusula 5.ª

Obrigações da Entidade Adjudicatária e Especificações Técnicas

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a uma prestação de serviços de apoio técnico às unidades orgânicas da Autoridade de Gestão do COMPETE 2020, prestado através da colocação/alocação de recursos humanos nas instalações do Compete 2020.
2. Os recursos a alocar deverão ser no mínimo portadores de um grau académico correspondente à licenciatura.
3. Deve a Entidade Adjudicatária cumprir com as condições fixadas para a execução dos serviços, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
4. A prestação do serviço deverá contemplar, as atividades e as condições mínimas, respetivamente previstas nos Anexos I e II que aqui se dão por integralmente reproduzidos.
5. As tarefas a realizar decorrerão no período normal de trabalho, devendo os recursos estar disponíveis em todos os dias úteis da semana, ou seja, de segunda-feira a sexta-feira, com o horário das 09h30 às 17h30.
6. Toda e qualquer alteração, no que respeita ao recurso alocado, carece de uma aprovação prévia por parte da Autoridade de Gestão do COMPETE 2020.

Cláusula 6.ª

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

1. Pagar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da receção da fatura, o preço do contrato em conformidade com a cláusula 7.ª do presente caderno de encargos.
2. Nomear um gestor de contrato, nos termos do nº 1 do artigo 290º-A do CCP, pela gestão do contrato, a celebrar ao abrigo do presente procedimento e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação.
3. Monitorizar a prestação de serviços, no que respeita às condições da prestação e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 7.ª

Preço contratual e Condições de Pagamento

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço previsto, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não pode ultrapassar o preço base previamente estabelecido.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SGETD/COMPETE2020, incluindo as despesas de transporte.
3. Será efetuado um único pagamento de acordo com os serviços efetivamente prestados.
4. Desde que devidamente emitida a fatura será paga no prazo de 30 dias, após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
5. A fatura deverá ser emitida em nome de COMPETE2020/GAFMETD – Secretaria Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, com referência ao número de identificação fiscal e ao número de compromisso constante no contrato, e devem ser remetidas para o Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública-FEAP, quando a Entidade Adjudicatária se encontre registada no mesmo, ou por meio electrónico para o endereço de e-mail: faturacao.dsf@sgeconomia.gov.pt ou via CTT para a Av. da República, nº 79, 1069-218 Lisboa, Portugal, devendo ser privilegiado um dos dois primeiros meios indicados.
6. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Entidade Adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a Entidade Adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.
8. O atraso no pagamento das faturas confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

Cláusula 8.ª

Revisão de preços

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Cláusula 9.ª

Fiscalização, Controlo e Avaliação do Serviço Prestado

A Entidade Adjudicante tem direito à fiscalização, controlo e avaliação dos serviços prestados, para poder aferir se os mesmos estão a ser prestados de acordo com o contrato a celebrar.

Cláusula 10ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pela Entidade Adjudicatária e a cessão da sua posição contratual, depende da autorização prévia da Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 318º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 11.ª

Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade da Entidade Adjudicatária.

Cláusula 12.ª

Caução

Não é exigida caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, em função do valor do contrato a celebrar.

Cláusula 13.ª

Dever de Sigilo

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a manter sigilo, sobre toda a informação de que venha a tomar conhecimento, por via direta ou indireta, no âmbito da prestação em causa e vincula-se a não utilizar essa informação para outros fins que não aqueles destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 14.ª

Dados Pessoais

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a efetuar um tratamento lícito, leal e transparente dos dados pessoais.
2. Os dados pessoais devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, bem como, ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário, devendo

ser apagados, findo o tempo necessário para a finalidade para o qual foram recolhidos, apenas podendo ser comunicados/transmitidos à Direção Superior da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital.

Cláusula 15.ª

Gestor do Contrato

1. A Entidade Adjudicante designa a responsável pela Unidade de Gestão de Recursos, a Dra. Carmen Lopes Vieira, gestor do contrato, que tem a função de acompanhar permanentemente a prestação dos serviços objeto do presente contrato.
2. O gestor do contrato deverá proceder nos termos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, de modo a aferir os níveis de desempenho da Entidade Adjudicatária, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Em caso de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve o gestor comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Antes do início das funções o gestor do contrato irá subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelo previsto no n.º 7 do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos.
5. Sempre que seja necessário proceder à alteração do gestor do contrato, a Entidade Adjudicante pode proceder à respetiva alteração, através de ato administrativo, que comunicará à Entidade Adjudicatária.

Cláusula 16.ª

Notificações e Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, indicados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante pode exigir à Entidade Adjudicatária o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e cujo valor poderá ser até 20% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Entidade Adjudicatária e as consequências do incumprimento.
3. Os incumprimentos deverão ser denunciados por escrito no prazo máximo de 48 horas a contar do seu conhecimento, e dados a conhecer à Entidade Adjudicatária por fax, e-mail ou através de correio em carta registada com aviso de receção.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissivo e que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos na redação atual e demais legislação aplicável em razão da matéria.

Anexos:

Anexo I- Atividades a desenvolver em cada um dos recursos;
Anexo II – Condições mínimas dos recursos a alocar.

ANEXO I

As atividades a desenvolver em cada um dos Recursos:

Designação	Atividades a desenvolver
Auditoria	- Acompanhar o apoio a Projetos em diversas áreas, desde científica, tecnológica, empresarial na óptica dos fundos comunitários; - Elaboração de relatórios de Auditoria de Controlo e Reperformance; - Acompanhamento de Relatórios de auditoria realizadas pelas Autoridades de Auditoria e Certificação.
Planeamento e Monitorização	- Tratamento e análise de bases de dados complexas; - Acompanhamento de indicadores de resultado em diversas áreas; - Análise financeira e tratamento de indicadores empresariais.
Comunicação	- Manutenção do funcionamento dos canais de comunicação com o público: Suporte /Balcão 2020 e email institucional; - Atualizar os conteúdos do site do COMPETE 2020; - Efetuar relatórios de monitorização dos canais e garantir a gestão dos Avisos depois de publicados em articulação com as áreas de negócio
Áreas Operacionais	- Participar na elaboração em regulamentação diversa com participação ativa em grupos de trabalho; - Preparar os Avisos para apresentação de candidaturas, referenciais, guias e respetivas aplicações informáticas; - Análise de candidaturas e pedidos de pagamento, nas áreas de gestão direta pelo POCI, quando aplicável; - Validar a conformidade dos pareceres sobre as candidaturas (articulação com Organismos Intermédios - OI) e assegurar a conformidade das decisões de financiamento dos projetos; - Elaborar propostas de decisão de financiamento dos projetos a submeter à Comissão Diretiva; - Analisar pedidos diversos e propor decisões à Comissão Diretiva; - Acompanhar a execução dos projetos selecionados e assegurar o cumprimento das normas nacionais e comunitárias aplicáveis; - Análise das conclusões e recomendações das ações de controlo (auditorias, verificações no local) e elaboração de contributos p/ contraditório; - Contributos na preparação de relatórios, manuais de procedimentos e outros documentos de gestão e controlo; - Assegurar a prestação de esclarecimentos aos beneficiários e demais stakeholders; - Articulação com entidades externas (tutela, OI, POR e outros).
Instrumentos Financeiros	- Participar na elaboração de regulamentação diversa, com participação ativa em grupos de trabalho; - Participar na elaboração de avisos, fichas de produtos de instrumentos financeiros, acordos de financiamento; - Participar na construção, manutenção e melhoramento do sistema de informação dos instrumentos financeiros, na ótica do utilizador; - Análise de candidaturas e pedidos de pagamento dos instrumentos financeiros; - Validar operação de investimento em beneficiários finais, relatórios de intermediários financeiros de fundos assegurando o cumprimento das normas nacionais e comunitárias; - Participar nas ações de verificações no local dos instrumentos financeiros;

	- Elaborar propostas de decisão à Comissão Diretiva; - Análise de conclusões e recomendações das ações de controlo e elaboração de contributos para contraditório; - Contribuir na preparação de relatórios, manuais de procedimentos e outros documentos de gestão e controlo; - Assegurar a articulação e prestação de informação e esclarecimentos aos beneficiários e demais stakeholders.
Recursos Financeiros	- Apoio à elaboração e acompanhamento de instrumentos de gestão da Autoridade de Gestão do POCI (COMPETE 2020); - Efetuar verificações administrativas e os controlos de gestão, bem como dar apoio a outras atividades de gestão relativas a candidaturas/projetos da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Transição Digital, no âmbito da AT do COMPETE 2020; - Recolha, preparação e reporte da informação financeira, bem como de outra informação necessária, gestão e execução de projetos de que o COMPETE 2020 seja beneficiário (INNOPROVEMENT).

ANEXO II

Condições mínimas dos recursos a alocar

Designação	Requisitos necessários
Auditoria	- Licenciatura em Gestão, Auditoria ou Economia; - Experiência em fundos comunitários; - Conhecimento normativo e regulamentar do funcionamento dos fundos comunitários em particular FEDER, FSE e Fundo de Coesão e sua aplicação prática; - Análise e acompanhamento financeiro dos projetos financiados; - Domínio avançado de ferramentas informáticas (word, Excel, PowerPoint); - Conhecimentos e utilização do Sistema de Informação do FSE; - Conhecimentos e utilização do Sistema Operacional dos SI (SGO); - Bons conhecimentos na língua inglesa; - Bons conhecimentos em Contratação Pública.
Planeamento e Monitorização	- Licenciatura em Economia, Gestão, Auditoria ou Administração Pública; - Conhecimentos em análise de bases de dados complexas e análise financeira e tratamento de indicadores empresariais. - Bons conhecimentos na língua inglesa.
Comunicação	- Licenciatura em Gestão da Comunicação, Jornalismo ou Comunicação Social; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimentos na gestão de páginas de redes sociais e de sítios web; - Competências de IT (Outlook, Office, Excel, PowerPoint); - Capacidade de organização e de trabalho em equipa; - Motivação, dinamismo e espírito de iniciativa; - Boa capacidade de comunicação em Português e Inglês.
Áreas Operacionais	- 2 Recursos Humanos com Licenciatura em Direito, 1 Recurso com Licenciatura em Gestão ou Economia ou Contabilidade, 1 Recurso Humano com Licenciatura em Psicologia ou Engenharia ou outra.; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimento do enquadramento legal no âmbito dos fundos Estruturais; - Conhecimentos nas áreas de Contratação Pública e Direito Administrativo; - Capacidade de análise, de planeamento, de organização e de trabalho em equipa e; - Capacidade para exercer funções que exigem elevado grau de responsabilidade.
Instrumentos Financeiros	- Licenciatura em Gestão de Empresas, Gestão ou Economia; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimentos em gestão financeira nomeadamente gestão de instrumentos financeiros de capital e/ou dívida com financiamento público (nacional ou europeu); - Conhecimento do enquadramento legal no âmbito de Auxílios de Estado e FEEI, na componente de instrumentos financeiros; - Capacidade de análise, de planeamento, de organização e de trabalho em equipa; - Capacidade para exercer funções que exigem elevado grau de responsabilidade, autonomia e compromisso com o serviço.
Recursos Financeiros	- Licenciatura em Gestão, Economia ou Organização de Empresas; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimentos em Instrumentos de Gestão da Administração Pública;

- | | |
|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none">- Conhecimentos em Contratação Pública;- Conhecimentos sobre os Sistemas de Contabilidade – Orçamental, Financeiro e de gestão – vigentes na Administração Pública. |
|--|--|